

EDITORIAL

Maria de Lourdes Lima dos Santos

Num anterior número da OBS foi central a noção de *políticas culturais* (nº 2, Out. 1997), neste outro é a noção de *práticas culturais* que se destaca. Elas constituem o objecto do **Tema** bem como da secção **Estudos**.

Um parêntese para fazer notar que este número traz duas pequenas novidades relativamente aos anteriores: uma tem a ver com a atribuição do **Tema** a mais de um autor; outra, com o aparecimento da nova secção **Estudos**, destinada a apresentar trabalhos em curso e de que ainda não tenham resultado textos publicados.

Ambas visam flexibilizar a estrutura da OBS, criando alternativas às secções já existentes bem como ao modo de as preencher.

Assim, relativamente ao **Tema**, as práticas culturais são abordadas, em separado, por dois sociólogos, Idalina Conde e José Machado Pais, e consideradas segundo duas ópticas completamente distintas. Idalina Conde passa em revista algumas tendências do exercício daquelas práticas em Portugal e noutros países europeus. O seu texto abre para uma encruzilhada de problemas. Problemas de definição das práticas culturais – nomeadamente, dificuldades de demarcar o campo abrangido por estas práticas e de aí integrar outras que não só as já implicitamente legitimadas. E problemas de comparabilidade a nível internacional – dificuldades de confrontar algumas categorias não inteiramente assimiláveis e alguns indicadores diferentemente construídos. Uma e outras dificuldades, porém, não impedem uma aproximação sugestiva entre dados de diferentes países que vem relativizar interpretações de tipo nacional-fatalista (Portugal sempre na cauda da Europa, etc., etc.) e que, sobretudo, remete para o necessário reconhecimento de diversificadas “velocidades” para as diversas práticas culturais nos diversos países. Uma “digressão” optimista que, no entanto, não deixa de alertar o leitor para os perigos de um uso imoderado desse optimismo...

Para José Machado Pais, as práticas culturais são texto e pretexto para uma reflexão sobre o complexo entrelaçado de múltiplas temporalidades e espacialidades por que aquelas perpassam no decurso do quotidiano. O tempo “rigoroso”, “previsível”, “obrigacional”, cruza-se com o tempo “volúvel”, “imprevisível”, “recriacional” (veja-se o caso das práticas de fim de semana); o espaço reorganiza-se, descentrando-se e virtualizando-se (veja-se o caso das cidades modernas ou dos centros comerciais – “cidades virtuais” – aquelas e estes esvaziadas de centro). Configurações

polivalentes de tempos/espacos – cronotopias – onde, hoje em dia, os contrários tendem a interpenetrar-se. Estes novos jogos pressionam-nos a repensar as práticas culturais fora dos habituais sistemas de classificação/exclusão e a explorar as potencialidades da estética do diverso, como Machado Pais designa o que lhe parece ser, presentemente, um importante elemento caracterizador das ditas práticas.

Permitimo-nos sugerir ao leitor um confronto entre os textos deste **Tema** e os textos de José Madureira Pinto (**Tema** da OBS nº 1) e de António Firmino da Costa (OBS nº 2), confronto decerto estimulante para uma reflexão sobre o actual quadro de relações entre práticas e políticas culturais.

Para a secção **Estudos**, convidámos Salwa Castelo-Branco a apresentar com Maria João Lima alguns aspectos do trabalho que vêm realizando no Instituto de Etnomusicologia da Universidade Nova de Lisboa. Trata-se de um vasto levantamento de Grupos musicais que protagonizam grande parte das práticas musicais em Portugal. Dado o papel destes Grupos na descentralização cultural – repare-se que alguns deles integram nos seus repertórios um leque alargado de géneros musicais e, não raro, incluem nas suas funções não só a difusão da música como também o seu ensino – assim como na animação e construção de solidariedades e identidades locais, aguarda-se com grande expectativa o desenvolvimento deste projecto.

Por agora ficamos a conhecer a distribuição geográfica de cerca de 4.000 grupos, com as diferenças que regista conforme a presença, ou não, da dominante urbana e conforme o tipo de grupos considerados.

Nos **Indicadores**, José Soares Neves analisa a despesa pública na área da música – despesa da SEC e dos municípios. Um tanto inesperadamente, a música situa-se entre as áreas culturais mais desfavorecidas – a seguir à arqueologia e às artes plásticas –, tendo em conta a despesa da SEC por áreas e para o período considerado (1985/95).

Os indicadores reunidos levam à constatação de diferentes orientações políticas para esta área, conforme está em causa a Administração Central ou a Local. Neste sentido, a exiguidade do apoio da primeira contrasta com a relativa dinamização do apoio da segunda. Ao mesmo tempo, quer em termos de funções (apoio a estruturas de produção *versus* apoio à difusão), quer em termos de categorias apoiadas (das bandas aos espectáculos líricos), as orientações central/local têm vectores diversos. Por sua vez, a evolução dos apoios municipais por categorias de espectáculos de música pode elucidar-vos sobre determinadas inflexões das políticas locais que não terão sido alheias a novos gostos e a novos públicos.